



PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
GABINETE DO SECRETÁRIO

Protocolo de Entrada nº.: OE 716/SME/DAF/2019	Data: 19/08/2019
Entidade Beneficiada.: AÇÃO SOCIAL MISSÃO	
Órgão de Origem.: Secretaria Municipal de Educação	
Nota de Empenho.: nº 4037/2019	
Elemento da Despesa.: ALIMENTAÇÃO	
Valor Liberado.: R\$ 651,36	Data: 08/05/2019
Convênio nº.: 026/2018	
Parcela nº.: 3ª ALIMENTAÇÃO	

O Secretário Municipal de Educação responsável pela unidade Gestora, após análise dos Pareceres Técnicos exarados pelo corpo de Analistas desta secretaria e pelos Analistas da Superintendência de Transparência e Controle, conclui que:

- Regular, para baixa contábil.
- Regular com ressalva, para baixa contábil
- Irregular, para abertura de diligência

Florianópolis, 29 de outubro de 2020.

Maurício Fernandes Pereira
Secretário Municipal de Educação

OK
L
N

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
Secretaria Municipal de Educação
DIOP - Diretoria operacional
SPTC – Setor de Parcerias e Termos de Colaboração – OSCs

CI 457/SMTAC/GAB/2019.

OF 716 SME/DAF 19/08/19

ENTIDADE: Ação Social Missão

CREDOR: 8489

Nº DO TERMO: 026/2018

EMPENHO: 4037/19

PARCELA: 03

Alimentação

Subvenção

2019



CasaLar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO VIII, parte integrante do Decreto n.17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PROTOCOLONº	DATA:
Nome da Entidade: AÇÃO SOCIAL MISSÃO	
Título do Projeto: Atendimento Complementar Ação Social Missão – Casa Lar Emaús	
Número Termo de Fomento: 026/PMF/SME/2018	
Valor transferido: 651,36	
Número da parcela: 03	
Número de folhas que constam no processo:	
Nome do Responsável: JOANA AS FORTES REGIS - Presidente GABRIEL RICHTER PIRES - Tesoureiro	
Contato: Fone/e-mail.: 48 99102-2653 – arpires@gmail.com	

Receber somente com a apresentação de todos os itens abaixo.

Esta prestação de contas está organizada da seguinte forma:	Sim	Não
ANEXO IX – Ofício de encaminhamento		
Assinado pelo presidente da organização da sociedade civil e pelo responsável financeiro quando houver	/	
Prestação de contas organizada em folha A4	/	
As Folhas estão numeradas sequencialmente	/	
ANEXO VI - Plano de Trabalho		
Autorização de Remanejamento de Recursos (se houver) ()		
Comunicação de troca de Funcionários ()	/	
ANEXO VII – Declaração de recebimento do recurso e aplicação	/	
ANEXO VIII – Capa	/	
ANEXO X - Declaração firmada por dirigente da entidade beneficiada acerca do cumprimento dos objetivos previstos, quanto à aplicação dos recursos repassados	/	
ANEXO XI - Relatório de execução financeira	/	
Balancete (Relação das despesas e receitas efetivamente realizadas)	/	
Assinado pelo seu Representante Legal e o Responsável Financeiro	/	
Original do extrato bancário da conta específica	/	
Original dos comprovantes das despesas emitidos em nome da organização da sociedade civil beneficiada com os devidos termos de aceite		
Nota fiscal (✓)		
Contracheque ()		
ENCARGOS: INSS () FGTS () PIS () IR () GFIP ()		
Lista dos Beneficiados com Alimentação ()	/	
Comprovante do recolhimento do DAM, quando da utilização da Nota Fiscal Avulsa.	/	
ANEXO EDUCAÇÃO – Relatório de Cumprimento dos Objetivos		
Fotografias do Projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento;	/	
Relatório emitido pela Comissão de monitoramento e avaliação, exceto nos casos de inexigibilidade e dispensa do chamamento público.		
Fotografias do projeto, mídias eletrônicas, material visual promocional do evento.	/	

Data: 27/06/19	Nome, Matrícula e Assinatura do Servidor Silvana D. Kals PMF/SME Matrícula 19307-0
-------------------	---



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

ANEXO IX, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.


OFÍCIO DE ENCAMINHAMENTO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Florianópolis,.

GEAN MARQUES LOUREIRO
Exmo. Sr Prefeito

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência \ Vossa Senhoria, valho-me do presente para em nome da AÇÃO SOCIAL MISSÃO CNPJ 72.291.198/0001-10 com sede na Rua Eurico Hosterno 321 – Santa Monica, encaminhar a prestação de contas da parcela **03** do Termo de Fomento **nº026/PMF/SME/2018** no valor de R\$ 651,36 referente ao Projeto Atendimento complementar – Casa Lar Emaús-MERENDA.

Desde já, declaramos que investimos os recursos conforme o Plano de Trabalho, que segue em anexo, acompanhada da documentação pertinente à prestação de contas do recurso público, recebido conforme estabelece o **Decreto n. 17.361, de 2015.**



JOANA SÁ FORTES REGIS
Presidente



ANEXO VI, parte integrante do Decreto n. 17361/17 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PLANO DE TRABALHO DO TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

1 – Dados Cadastrais:

Nome da Organização Social: Ação Social Missão

CNPJ: 72291198/0001-10

Conta Corrente nº: 3045

Agência nº: 1873

Banco: CEF

Endereço: Rua Eurico Hosterno,

Número: 321

CEP: 88035-400

Bairro: Santa Mônica

Cidade: Florianópolis

Telefone: (48) 32334915

(13)99648-0496 (48) 99915-1641

Endereço Eletrônico: asm.casaemaus@gmail.com / casalaremaus@yahoo.com

Lei que declara de utilidade pública nº: 3962

Número de inscrição no Conselho Municipal da Assistência Social: 016/98

Número de inscrição no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: 031 A/2003

Número de inscrição no Conselho Municipal de Educação:

Outros conselhos:

CEBAS (Número do processo que concedeu o último registro e validade):

1.2. Identificação Do Responsável Pela Organização Social

Nome do Presidente: Thiago Bratti Schmidt

Número do RG: 4.124.169

Número do CPF: 065.986.409-62

1.3. Vigência de mandato da diretoria atual: de 21/04/2019 até 21/04/2021

1.4. Áreas das atividades da organização social.

Atendimento ao educando, por meio de programas de convivência e fortalecimento de vínculos, visando a ampliação da jornada escolar às crianças e adolescentes.

Creches – para crianças de até três anos de idade.

Pré-escola - para crianças quatro a cinco anos de idade.

1.4.1. Áreas das atividades da organização social, de acordo com o artigo 5º da Lei nº5.4554, de 30/12/1998.



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

- amparo á infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual e físico;
- educação complementar e fortalecimento de vínculos;
- atendimento educacional especializado.
- Creches – para crianças de até três anos de idade.
- Pré-escola - para crianças quatro a cinco anos de idade.

1.5. O Estatuto Social está de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal 13.204 2015

Sim Não Em adequação

1.6. Apresentação:

No início de 1993, jovens do Movimento de Emaús, movidos pelo espírito de serviço, iniciaram um trabalho de apoio a um grupo de crianças e adolescentes sem vínculo familiar no Município Rancho Queimado, a 75 km de Florianópolis (SC). Este trabalho, embora tenha findado pela dissolução da casa que acolhia tais crianças e adolescentes, motivou os jovens a assumirem novos desafios na cidade de Florianópolis, dando origem à associação Ação Social Missão, em março do mesmo ano.

Constituída como entidade privada sem finalidade lucrativa, com natureza filantrópica, tem por objetivo ser uma casa de acolhimento modelo para atendimento de até 10 crianças do sexo masculino, entre 6 e 12 anos de idade, encaminhadas pelo Juizado da Infância e Juventude por meio do Conselho Tutelar de Florianópolis, visando a permanência temporária, até que seja reinserido ao convívio familiar original, colocação em família adotiva (nacional ou internacional) ou preparação para vida autônoma, depois de completados 18 anos. Este acolhimento é previsto pela Lei nº 8.069/90, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) por meio do art. 101, inciso VII, aplicado quando, após se esgotada todas as medidas de proteção previstas, torna-se meio para proteger a criança ou adolescente das violações que estejam sofrendo em sua família.

A Casa Lar Emaús busca oferecer às crianças um ambiente acolhedor e sadio com transmissão de valores essenciais ao seu bom desenvolvimento. Isso compreende aspectos básicos como moradia, alimentação, acesso à educação, assistência médica-odontológica-psicossocial e também cultura, esporte, lazer bem como todo tipo de preocupação com seu bem estar, oferecendo a possibilidade de novas oportunidades e buscando proteção integral. A Instituição tem seus princípios fundamentados no desenvolvimento de ações que estimulem o bem-estar e favoreçam a inclusão social de crianças que provém de uma situação de risco e vulnerabilidade social. Tem como premissa desenvolver ações para que seus atendidos adquiram consciência de si, fortaleçam sua identidade e construam seu lugar social. Isto significa que cada criança e adolescente deve ser estimulado a se perceber como pessoa com



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

potencial, a sair da situação de dependente, do estigma de abandonado e carente, conquistando a autoconfiança, a autonomia e a emancipação.

Assim, o resultado do trabalho desenvolvido se dá na possibilidade de transformação de vidas. As crianças que são encaminhadas para acolhimento em sua grande maioria provém de uma condição de abandono, de privação de condições mínimas de desenvolvimento ou de algum tipo de exploração e/ou abuso. O acolhimento na instituição oportuniza uma nova fase na vida das crianças acolhidas, buscando prepará-las para seus próximos desafios. Muitos meninos que tiveram a Casa Lar em sua história de vida tornaram-se homens com plena realização pessoal e profissional, pois puderam seguir um novo caminho a partir desta experiência.

2. Descrição do Projeto:

O "Projeto apoio pedagógico" atua com crianças (06 a 12 anos) com a proposta da educação complementar, através do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvendo atividades lúdicas, educativas e leituras tais como oficinas de apoio pedagógico.

2.1. Projeto:

Título do Projeto: Atendimento Complementar Ação Social Missão

Responsáveis

Coordenador: Thiago Bratti Schmidt

RG: 4.124.169 CPF: 065.986.409-62

E-mail: brattithiago@hotmail.com ou asm.casalaremaus@gmail.com

Telefone/e-mail: (48) 3033-4915 / (48) 99915-1641

Camila Rodrigues de Andrade Freires (13) 99648-0496

Assistente Social – CRESS 8.219

Telefone/ e-mail: (48) 3025-4915 - casm.casalaremaus@gmail.com

2.1.2 Período de execução: Início: Fevereiro/2019 Término: Dezembro/2019

2.1.3 Público Alvo:

Atender diretamente 09 (nove) crianças/ Adolescente, do sexo masculino com idade entre 6 a 15 anos, em situação de vulnerabilidade e de risco, proveniente da grande Florianópolis. Estas crianças são encaminhadas pela Vara da Infância e Juventude e pelo Conselho Tutelar.

Justificativa:

A ASM atualmente mantém uma casa Lar para meninos de 6 a 12 anos, visando proporcionar às crianças e adolescentes acolhidos um espaço de desenvolvimento e cuidado. O serviço de acolhimento realizado atende crianças que estão em situação de vulnerabilidade

e risco devido à violação de direitos por parte de seus genitores ou guardiões, são crianças em fase de desenvolvimento e em constituição da sua identidade, que necessitam de acompanhamento e proteção integral.

Funcionando como uma moradia provisória a ASM procura se aproximar ao funcionamento de uma casa, objetivando a inclusão social e proteção integral até que seja viabilizado o seu retorno à família de origem ou na sua impossibilidade, o encaminhamento para família adotiva.

Para tanto vale ressaltar que a entidade tem como meta de atendimento 10 crianças e adolescentes de 06 a 12 anos, sendo destacados 09 para atendimento direto, pois um dos acolhidos está acima da faixa etária, sendo assim não é contemplado por este projeto, por frequentar o ensino médio.

2.1.4 Objetivo Geral:

Acolher crianças e/ou adolescentes, sob medida de proteção, visando proporcionar proteção, segurança e saúde, favorecendo o seu desenvolvimento físico, intelectual, psicossocial e educacional, conforme previsto pelo ECA, para além disto os fortalecimentos de vínculos e promoção da cidadania no bem estar social e moral.

2.5. Objetivos Específicos:

- Oferecer atividades que estimule a concentração, a habilidade psicomotora e criativa;
- Trabalhar a autoestima e a ampliação da autonomia;
- Desenvolver o autoconhecimento buscando o reconhecimento de suas habilidades;
- Estimular a interação social, o desenvolvimento intelectual e educacional.

2.6. Metodologia de Atendimento

A medida de acolhimento está prevista na Lei n° 8.069/90, Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), conforme o art. 101, inciso VII, esta medida somente deverá ser aplicada após se esgotarem todas as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).

Funcionando ininterruptamente há vinte três anos, o projeto mantido pela entidade Ação Social Missão justifica-se pelos seus méritos, assegurando os direitos das crianças e/ou adolescentes acolhidos, bem com a reinserção à família de origem ou a inserção a família adotiva.

Diante das condições de vulnerabilidade e risco que as crianças e/ou adolescente foram expostos, o projeto viabiliza aos seus acolhidos à formação integral: Participação em reuniões nas escolas das crianças e/ou adolescentes sempre que solicitado; Atendimento às necessidades básicas das crianças e /ou adolescentes (alimentação, vestuário, material escolar, lazer, etc).

A participação diária das Crianças no apoio pedagógico e atividades recreativas ocorrem de segunda a sexta-feira e são realizados na sala de estudos da própria entidade.

O apoio pedagógico é ministrado por voluntários que são capacitados pela própria equipe técnica da entidade, contando com a contratação de uma cozinheira que é responsável pela preparação das refeições, pelos cuidados com a casa e roupas, onde também orienta os acolhidos em suas rotinas diárias.

As crianças serão atendidas diariamente no horário inverso a escola, funcionando no período matutino das 08h ao 12h e no período vespertino das 13h às 17h; importante ressaltar que, quando há necessidade o projeto atende também no período noturno entre 18hs às 20hs.

A organização do conteúdo será trabalhado em cima das necessidades de cada acolhido e as atividades serão organizadas de modo a seguir uma rotina que vai desde o acolhimento das crianças e/ou adolescente na instituição até o momento de seu desacolhimento.

O cotidiano da entidade divide-se em:

- Acolhimento e desacolhimento;
- Cuidado de higiene;
- Alimentação balanceada e adequada e também às necessidades individuais;
- Atividades de recreação livre nas salas e no espaço externo;
- Atividades educativas intencionais, tanto nos espaços internos como externos utilizando materiais e locais apropriados para tal fim.

Em relação à avaliação; a proposta de ação é de caráter amplo, transparente e de interação entre os profissionais. Visa socializar o planejamento, monitoramento, e avaliação com todos os atores envolvidos, direta e indiretamente, na qual cada um consciente de seu papel e corresponsável pelos resultados do trabalho desenvolvido.

O monitoramento será contínuo através das atividades regulares e sistemáticas de observação das ações, coletando informações da execução a fim de identificar possíveis desvios das ações programadas e colaborar para o momento de avaliação e posterior tomada de decisões.

O Projeto tem como um dos seus objetivos, acompanhar o desenvolvimento da criança na escola, trabalhar em suas ações com atividades lúdicas que auxiliam o desenvolvimento na escola, com isso se fará necessário um acompanhamento dos boletins escolares das crianças e/ou adolescentes inseridos no projeto, para juntos articular com as escolas e planejar as atividades.

As ações educativas planejadas serão avaliadas e monitoradas mensalmente com a equipe de profissionais educadores e técnicos da entidade com o objetivo de auxiliar o processo de aprendizagem, de fortalecimento da autoestima dos acolhidos e orientar as ações conforme as demandas. No que se refere às crianças e/ou adolescentes a avaliação permite



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

que elas acompanhem suas próprias conquistas, dificuldades e possibilidades ao longo do processo.

No fim do ano reuniremos uma comissão de educadores, cuidadores e Equipe técnica, para fazer a avaliação do trabalho desenvolvido, os pontos positivos e negativos e as estratégias que devemos utilizar para alcançar o sucesso do serviço.

E por fim, usaremos como indicadores que evidenciam o cumprimento dos objetivos propostos abaixo:

- Permanência no projeto de crianças com no mínimo 70% de presença no apoio pedagógico durante o ano;
- Participação das crianças nos eventos promovidos pela instituição em processo interativo;
- Relação com a unidade educativa.

Indicadores

Atividades	Indicadores	Meios de verificações
<ul style="list-style-type: none">• Efetuar entrevistas dos voluntários, para avaliação e verificar se tem perfil para realização deste trabalho.• Realizar capacitações para novos voluntários inseridos no projeto;• Solicitar ao voluntário preenchimento do termo de responsabilidade, onde deverão se comprometer ao trabalho no período de 6 meses; e preenchimento da ficha de cadastro.• Reunião direta com as escolas, na qual as crianças e adolescentes frequentam. Com intuito de buscar sugestão e orientação para nortear o voluntário no trabalho pedagógico como acolhidos.	<ul style="list-style-type: none">• Serão realizados 03 capacitações ao ano;• As capacitações serão de acordo com os números de voluntários inscritos;• Após capacitação será efetuado entrevistas individuais, para avaliar perfil dos voluntários e possível inserção no projeto. Estas entrevistas podem ocorrer quatro vezes ao ano, ou mais. Dependendo da demanda.• O Preenchimento das fichas cadastrais e Termo de responsabilidade irão ser solicitado 2 (duas) vezes ao ano, ou quando inserção de voluntários novos.• Estas reuniões com a escola ocorreram, mensalmente ou quando avaliar-se necessário.	<ul style="list-style-type: none">• Listas de presença mensais,• Registros Fotográficos das atividades;• Relatórios de atendimento mensal.



Casalar-Emaús
Ação Social Missão

Quadro de Funcionários Pagos com Recurso da SME

FUNÇÃO (Conforme o registro na CTPS)	Nome do funcionário	Nº Horas Semanais	Dia da semana (atuação)	Horário	Remuneração Média mensal
Cozinheira	Maria José da Cunha de Souza	12/36	Escala de Plantão	7:00 as 19:00	R\$1.600,00

Quadro de profissionais/ voluntários

Nome do Voluntário	Dia da semana (atuação)
Fahena Porto Horbatiuk	Segundas-feiras
Patrick Deryke	Terças-feiras
Patrícia Andrade	Quartas-Feiras
Gabriela da Rocha Duarte	Quintas-Feiras
Camila Horbatiuk Dutra	Sextas-feiras



Casa Lar-Emaús
Ação Social Missão

3 - Cronograma De Execução (Meta, Etapa Ou Fase)

META	ETAPA	ESPECIFICAÇÃO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE	QUANTIDADE	INÍCIO	FIM
09	1	Atendimento na Educação Complementar matutino , vespertino e noturno(quando necessário)	Crianças e Matutino/ Adolescentes	09	FEV/19	DEZ/19
			Crianças/ Adolescentes Vespertino			
			Crianças/ Adolescentes Noturno			
09	1	Contratação de Profissional	Cozinheira	1	FEV/19	DEZ/19
06	1	Alimentação Escolar	Refeição	42 refeições/dia	FEV/19	DEZ/19
META 10	ETAPA Entidade de Acolhimento	ESPECIFICAÇÃO APOIO PEDAGÓGICO	INDICADOR		DURAÇÃO	
			UNIDADE 01	QUANTIDADE 10	INÍCIO FEV/19	FIM DEZ/19

4. Plano ANUAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO	VALORES EM REAIS
	ÓRGÃO CONCEDENTE
Higiene e Limpeza	
Material didático	
Material de Expediente	
Manutenção	
FUNCIONÁRIOS	
Contratação de Pessoal(Pedagogo, Cozinheiro, auxiliar de serviços Gerais)	R\$14.400,00
Encargos (INSS, FGTS, IR, PIS e VALE TRANSPORTE)	R\$1.800,00
SERVIÇOS	
Serviços de Terceiros Pessoa Física e pessoa jurídica	
TOTAL	
CUSTOS INDIRETOS	
Internet	
Assessoria Jurídica	
Assessoria Contábil	
Telefone	
Luz	
TOTAL(Até 15%)	
Alimentação	R\$5.862,24
TOTAL GERAL	R\$22.062,24



4.1 Plano MENSAL de Aplicação Dos Recursos (Discriminar A Aplicação Dos Recursos).

ESPECIFICAÇÃO DAS AÇÕES	VALORES EM REAIS											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
DESPESAS CORRENTES:												
MATERIAL DE CONSUMO												
Higiene e Limpeza												
Material didático												
Material de Expediente												
Manutenção												
FUNCIONÁRIOS												
Contratação de Pessoal(Pedagogo, Cozinheiro, auxiliar de serviços Gerais)			1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	1.600,00	
Encargos (INSS, FGTS, IR, PIS e VALE TRANSPORTE)			200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	200,00	
SERVIÇOS												
Serviços de Terceiros Pessoa Física e pessoa Jurídica												
TOTAL			1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	1.800,00	
CUSTOS INDIRETOS												
Internet												
Assessoria Jurídica												
Assessoria Contábil												
Telefone												
Luz												
TOTAL (Até 15%)												
Alimentação			651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	651,36	
TOTAL GERAL			2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	2.451,36	

5 – Articulação em rede: Identificar as instituições e/ou organizações com as quais haverá articulação para o alcance dos objetivos propostos na execução do projeto.

Juizado Vara da Infância e Juventude da capital	Encaminhamentos das Crianças e Adolescentes	Mensal
Ministério Público	Encaminhamentos das Crianças e Adolescentes	Mensal
SEMAS	Convênios	Mensal
SME	Convênios	MENSAL
Fórum de Políticas Públicas	Participação nas reuniões	Mensal
Conselhos Tutelares	Encaminhamentos das Crianças e Adolescentes	Mensal
CMDCA	Participação nas Plenárias e encaminhamento de projeto de captação de recursos	Mensal
CMAS	Participação nas Plenárias e adequação às orientações técnicas para entidades.	Mensal
VOLUNTARIOS	Para realização do apoio-pedagógico com as crianças e Adolescentes	Semanalmente
DOAÇÕES PRIVADAS	Captação de verbas através de pessoas físicas, através da conta de Luz, eventos beneficente e brechós Etc...	MENSAL

6 - Declaração:

Na qualidade de representante legal, para fins de prova junto a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para os efeitos e sob pena da Lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos consignados no orçamento do Município na forma deste Plano de Trabalho.

Nestes Termos,

Pede deferimento

Florianópolis, 27 de junho de 2019.



Assinatura do Presidente

Joana Sá Fortes Regis

7. Análise do Plano de Trabalho

7.1. Em casos de Inexigibilidade ou Dispensa

Responsável pela análise

Aprovado ()

Reprovado ()

ANEXO X, parte integrante do Decreto n.17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS OBJETIVOS PREVISTOS, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

Órgão/Entidade Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO CNPJ 72.291.198/10
Título do Projeto: Atendimento Complementar – Casa Lar Emaús

Início: Mar/2019

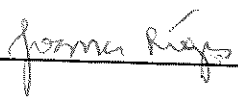
Término:Dez/2019

Objetivo do Projeto: Acolher crianças/ adolescentes, sob medida de proteção e Oferecer atendimento na educação complementar para 09 crianças/ Adolescente ampliando sua visão de mundo, trabalhando, o fortalecimento de vínculos, através de ações educacionais e sociais a construção do indivíduo como ser humano, na promoção da cidadania e no bem estar social e moral. Incentivando-os a desenvolverem habilidades e valores para conhecerem suas potencialidades e se perceberem como sujeitos de direitos.

Declaração:

Declaramos para os devidos fins de direito, especialmente para atender o disposto no **Decreto nº 17.361, de 2017**, que a entidade supra citada cumpriu plenamente os objetivos previstos no Plano de Trabalho apresentado quando da solicitação dos recursos.

Florianópolis, 27 de junho de 2019.



Joana Sá Fortes Regis.

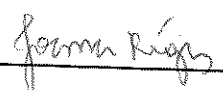

Presidente



Gabriel Richter Pires

Tesoureiro

ANEXO XI, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015. RELATÓRIO DE EXECUÇÃO FINANCEIRA, TERMO DE COLABORAÇÃO, TERMO DE FOMENTO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA.

BALANCETE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS					
(TERMO DE FOMENTO 026 /PMF/SME)					
MÊS	ANO	PARCELA	CONCEDENTE	DATA DEPÓSITO	Nº TERMO
Maio	2019	03	PMF/ SME	08/05/2019	026
ENTIDADE: AÇÃO SOCIAL MISSÃO					
ENDEREÇO: Rua Eurico Hosterno 321- Santa Monica					
CEP: 88.035-400			FONE: 48 991022653		
RESPONSÁVEL: JOANA AS FORTES REGIS					
CPF: 044.225.849-60			VALOR: R\$ 651,36		
DOCUMENTOS					
Nº TRANSF.	Nº NOTA FISCAL	DATA DA EMISSÃO NF	HISTÓRICO	RECEBIMENTO	PAGAMENTO
140737		08/05/2019	Repasso parcela 03	651,36	
072281	37709	21/06/2019	Compras supermercado Rosa – Nota Fiscal 37709		610,43
SALDO A DEVOLVER					40,93
Florianópolis, 27 de junho de 2019					
 Joana Sá Fortes Regis Presidente			 Gabriel Richter Pires Tesoureiro		
Federal n 13.019/2014 alterada pela Lei Federal n 13.204/2015					
Artigo 45, I e II					
Instrução Normativa N. TC-14/2012					

ANEXO EDUCAÇÃO, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

DECLARAÇÃO

Órgão/Entidade Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO CNPJ 72.291.198/10
Título do Projeto:

Início: JAN/2019
DEZ/2019

Término:

Objetivo do Projeto:

Acolher crianças/adolescentes, sob medida de proteção e oferecer atendimento na educação complementar para 09 crianças/ Adolescente ampliando sua visão de mundo, trabalhando, o fortalecimento de vínculos, através de ações educacionais e sociais a construção do indivíduo como ser humano, na promoção da cidadania e no bem-estar social e moral. Incentivando-os a desenvolverem habilidades e valores para conhecerem suas potencialidades e se perceberem como sujeitos de direitos.

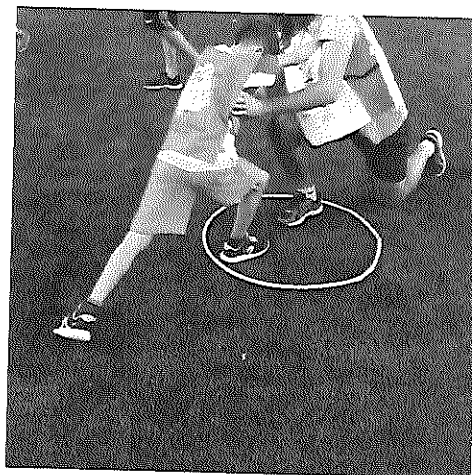
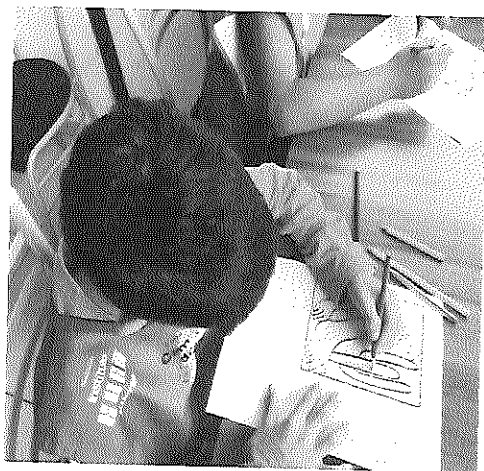
Metas Atingidas:

Conforme notas explicativas nas fotos abaixo

Inserir relatório e fotos do período parcela.

Acompanhamento nas atividades recreativas.

Os compromissos dos educandos vão além do âmbito escolar. Foi realizado um convite aos responsáveis dos meninos que acompanham um programa de esporte e educação, para que participassem de um dia de integração, juntando-se nas oficinas e entrando em contato com as outras crianças e responsáveis. A ação foi importante pois uma demonstração clara de afeto e cuidado, além de uma participação ativa e clara na vida das crianças para além do momento de estudo ou estritamente pedagógico.



ANEXO VII, parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

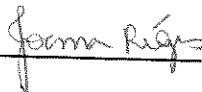
DECLARAÇÃO UTILIZADA PARA TERMO DE FOMENTO, TERMO DE COLABORAÇÃO NO CHAMAMENTO PÚBLICO, INEXIGIBILIDADE OU DISPENSA

Na qualidade de representante legal da AÇÃO SOCIAL MISSÃO com sede na Rua Eurico Hosterno 321 – Santa Monica, no Município de Florianópolis – SC, inscrita no CNPJ sob o n. 72.291.198/0001-10, declaro para os devidos fins que recebemos a importância de R\$ 651,36 referente a parcela nº 03 Alimentação objeto é Atendimento Complementar – Casa Lar Emaús.

Me comprometo a prestar contas dos recursos que nos foram concedidos pelo município no prazo máximo de 70 (setenta dias), em conformidade com os preceitos estabelecidos pelo Decreto n.17.361 , de 2017, sob pena da aplicação das sanções legais.

Para maior clareza firmo a presente.

Florianópolis, 27 de junho de 2019



Joana Sá Fortes Regis

Presidente



Extrato por período

Cliente: ACAO SOCIAL MISSAO

Conta: 1873 / 003 / 00003045-1

Data: 27/06/2019 - 11:42

Mês: Junho/2019

Período: 1 - 27

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	4.781,34 C
06/06/2019	140737	PREFEITURA	2.451,36 C	7.232,70 C
10/06/2019	324928	ENVIO TEV	1.576,00 D	5.656,70 C
06/2019	052019	DB CEST PJ	49,00 D	5.607,70 C
11/06/2019	034005	DOC ELET E	651,36 D	4.956,34 C
11/06/2019	003398	ENVIO TEV	1.576,00 D	3.380,34 C
11/06/2019	098323	ENVIO TEV	291,22 D	3.089,12 C
11/06/2019	034005	TAR DOC IN	9,50 D	3.079,62 C
21/06/2019	072281	DOC ELET E	610,43 D	2.469,19 C
21/06/2019	072281	TAR DOC IN	9,50 D	2.459,69 C
25/06/2019	000000	MANUT CTA	42,00 D	2.417,69 C

Lançamentos do Dia

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
27/06/2019	271043	ENVIO TEV	291,21 D	2.126,48 C
27/06/2019	271142	DOC ELET E	40,93 D	2.085,55 C
27/06/2019	271142	TAR DOC IN	9,50 D	2.076,05 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Help Desk CAIXA: 0800 726 0104



Bradesco

237-2

23792.65701 90000.002296 96000.

Cedente SUPERROSA LTDA - LOJA ITACORUBI		Agência/Código Cedente 2657-3/8818-8	Espécie
Número do Documento 37709		CPF/CNPJ 02.931.088/0001-90	Vencimento 16/06/2019
(-) Desconto/Abatimento	(-) Outras Deduções	(+) Mora/Multa	(+) Outros Acréscimos
Sacado ACAO SOCIAL MISSAO			
Descrição			



Bradesco

237-2

23792.65701 90000.002296 96000.

Local de Pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER BANCO ATÉ O VENCIMENTO					
Cedente SUPERROSA LTDA - LOJA ITACORUBI					
Data Documento 15/05/2019	Número do Documento 37709	Espécie Doc. NF	Acéite N	Data Processamento 15/05/2019	
o do Banco	Carteira 009	Espécie R\$	Quantidade	Valor	
Instruções (Todas informações deste bloqueto são de exclusiva responsabilidade do cedente) Juro por um dia R\$ 0,00					

Sacado
ACAO SOCIAL MISSAO
RUA EURICO HOSTERNO, 321
88035400 SANTA MONICA
Sacador/Avalista: FLORIANOPOLIS



Juro por um dia R\$ 0,00

BRDESCO 237-2

DB 2657-3

C/C = 8818-8

SUPERROSA LTDA - LOJA ITACORUBI

RODOVIA ADMAR GONZAGA, SN
BAIRRO ITACORUBI
FLORIANOPOLIS - SC
CEP 88034-000
Telefone: (48)33344591

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

Nº. 000037709
SÉRIE 1
FOLHA 01/02

CHAVE DE ACESSO
4219 0502 9310 8800 0190 5500 1000 0377 0918 7143 8092

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
342190069284075 15/05/2019 14:40:59

NATUREZA DA OPERAÇÃO
VENDA VINCULADA CUPOM FISCAL

INSCRIÇÃO ESTADUAL
253837995

INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO

CNPJ
02.931.088/0001-90

DESTINATÁRIO/REMETENTE
NOME/RAZÃO SOCIAL
ACAO SOCIAL MISSAO

CNPJ/CPF
72.291.198/0001-10

DATA DA EMISSÃO
15/05/2019

ENDEREÇO
RUA EURICO HOSTERNO, 321

BAIRRO/DISTRITO
SANTA MONICA

CEP
88035-400

DATA SAÍDA/EMISSÃO
15/05/2019

MUNICÍPIO
FLORIANOPOLIS

FONE/FAX
(48)32334915

UF
SC

INSCRIÇÃO ESTADUAL
ISENTO

HORA DE SAÍDA
14:38

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	64,48	0,00	0,00	620,44		
564,55							
VALOR DO FRETE		DESCONTO		VALOR DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA FISCAL	
0,00	0,00	10,01	0,00	0,00	610,43		

TRANSPORTADOR/VOLUMES TRANSPORTADOS
NOME/RAZÃO SOCIAL

FRETE POR CONTA
9-Sem Frete

CÓD. ANTT

PLACA VEÍCULO

UF

CNPJ/CPF

ENDEREÇO

MUNICÍPIO

UF

INSCRIÇÃO ESTADUAL

QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
81,59					

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS		NCM/SH	CST	CFOP	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITÁRIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTA ICMS	ALÍQUOTA IPI
31	VERD BATATA ESCOVADA	07019000	040	5929	KG	2,620	3,79	9,92					
79	VERD CEBOLA	07031019	040	5929	KG	2,140	2,89	6,18					
310	VERD BATATA LAVADA	07069000	040	5929	KG	2,300	4,59	10,55					
347	CARNE 2 LOMBO EMBALADO	02013000	000	5929	KG	8,296	18,50	153,48	150,96	18,12		12,00	
4073	CARNE 1 COXAO MOLE BOVINO E.V.	02013000	000	5929	KG	2,234	27,90	62,32	61,32	7,36		12,00	
4333	MARG DELICIA CREMOSA C/SAL	15171000	000	5929	UN	2,000	4,49	8,98	8,84	1,06		12,00	
4348	MARG DELICIA CREMOSA S/SAL	15171000	000	5929	UN	1,000	4,49	4,49	4,42	0,53		12,00	
4643	FRANGO COXA MACEDO IQF	02071400	000	5929	UN	3,000	8,55	25,65	25,24	1,77		7,00	
4760	MASSA ISABELA B GOSTO ESPAG	19021900	000	5929	UN	2,000	1,99	3,98	3,92	0,27		7,00	
6622	TEMP DA COZINHA COLORAU	21039091	000	5929	UN	2,000	4,95	9,90	9,74	1,66		17,00	
11408	MASSA ISABELA B G.MACARAO	19021900	000	5929	UN	1,000	2,49	2,49	2,45	0,17		7,00	
11872	CREME LEITE TIROL TP 200g	04015021	000	5929	UN	6,000	2,69	16,14	15,88	2,70		17,00	
91	CALDO ARISCO GALINHA CAIPIRA	21041011	000	5929	UN	8,000	1,49	11,92	11,73	1,99		17,00	
25242	MILHO VERDE BONARE	20058000	000	5929	UN	5,000	1,89	9,45	9,30	1,58		17,00	
24366	ACHOC NESCAU SACHE 800g	18069000	500	5929	UN	3,000	12,99	38,97	38,34	6,52		17,00	
27539	MASSA ISABELA B GOSTO PENA	19021900	000	5929	UN	2,000	1,99	3,98	3,92	0,27		7,00	
28523	FRANGO SOB SADIÁ IQF	02071400	000	5929	UN	3,000	9,50	28,50	28,04	1,96		7,00	
29784	OLEO SOJA LEVE	15079011	000	5929	UN	2,000	3,29	6,58	6,47	0,78		12,00	
32687	AMIDO MILHO MAISCERTA 500g	11081200	000	5929	UN	2,000	4,49	8,98	8,84	1,50		17,00	
33703	FRANGO FILEZINHO MACEDO SASSAMI IQF1000g	02071400	000	5929	UN	6,000	12,95	77,70	76,45	5,35		7,00	
34123	DOCE AUREA FRUTA MACA CANELA 400g	20071000	000	5929	UN	1,000	3,79	3,79	3,73	0,63		17,00	
34130	DOCE AUREA FRUTA GOIABA 400g	20071000	000	5929	UN	1,000	3,79	3,79	3,73	0,63		17,00	
38633	OVOS ASSING TIPO GRANDE BDJ C/30	04072100	040	5929	UN	2,000	9,99	19,98					
41717	MOLHO BONARE BOLOHESA SACHE 340GR	21032010	000	5929	UN	2,000	2,55	5,10	5,02	0,85		17,00	
42366	BISC BISLAU ROSCA CHOCOLATE	19053100	000	5929	UN	4,000	6,98	27,92	27,47	4,67		17,00	

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL

VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS

BASE DE CÁLCULO DO ISSQN

VALOR DO ISSQN

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Referente ao ECF: 27 NÚM.FAB.: EP12151000000003780 CUPOM: 365830 MD-5:
E31C36C3C14DAF5978034515574C21C5

Valor aproximado dos tributos: Fed. R\$ 38,38 (6,29%), Est. R\$ 67,29 (11,02%) e Mun. R\$ 0,00 (0,00%)

Fonte: IBPT



RESERVADO AO FISCO

RECEBEMOS DE SUPERROSA LTDA - LOJA ITACORUBI
OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº. 000037709
SÉRIE 1

 SUPERROSA LTDA - LOJA ITACORUBI RODOVIA ADMAR GONZAGA, SN BAIRRO ITACORUBI FLORIANOPOLIS - SC CEP 88034-000 Telefone: (48)33344591	DANFE Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica 0 - ENTRADA <input type="checkbox"/> 1 - SAÍDA <input checked="" type="checkbox"/>	 CHAVE DE ACESSO 4219 0502 9310 8800 0190 5500 1000 0377 0918 7143 8092
	Nº. 000037709 SÉRIE 1 FOLHA 02/02	
NATUREZA DA OPERAÇÃO VENDA VINCULADA CUPOM FISCAL		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 342190069284075 15/05/2019 14:40:59
INSCRIÇÃO ESTADUAL 253837995	INSC. ESTADUAL DO SUBST. TRIBUTÁRIO	CNPJ 02.931.088/0001-90

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

COD. PROD.	DESCRIÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNIDADE	QUANTIDADE	V. UNITARIO	V. TOTAL	BC. ICMS	V. ICMS	V. IPI	ALÍQUOTA	
											ICMS	IPI	
42467	QUEIJO MUSSARELA DELLA VITA	400GR 04061010	000	5929	UN	6,000	9,95	59,70	58,74	4,11		7,00	

**2ª Via - Comprovante de remessa de Doc eletrônico**

Via Internet Banking CAIXA

Emitente:	ACAO SOCIAL MISSAO
Conta origem:	1873 / 003 / 00003045-1
Conta destino:	2657/8818-8
Tipo:	DOC E

Banco:	237-BANCO BRADESCO S/A
Finalidade:	07-Pagamento a Fornecedores
Nome destinatário:	SUPERROSA LTDA
CPF/CNPJ destinatário:	02.931.088/0001-90
Valor a ser transferido:	R\$ 610,43
Tarifa de emissão de DOC:	R\$ 9,50
Valor total a ser debitado:	R\$ 619,93
Identificação da operação:	PGTO.NF.37709

Data de débito:	21/06/2019
------------------------	------------

Data/hora da operação:	21/06/2019
-------------------------------	------------

Código da operação:	00072281
----------------------------	----------

Chave de segurança:	98R7V0MRSET02XCH
----------------------------	------------------

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Hot Desk CAIXA: 0800 726 0104



Extrato por período

Cliente: ACAO SOCIAL MISSAO

Conta: 1873 / 003 / 00003045-1

Data: 27/06/2019 - 11:44

Mês: Maio/2019

Período: 1 - 31

Extrato

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
	000000	SALDO ANTERIOR	0,00	2.420,98 C
08/05/2019	140737	PREFEITURA	2.451,36 C	4.872,34 C
10/05/2019	042019	DB CEST PJ	49,00 D	4.823,34 C
05/2019	000000	MANUT CTA	42,00 D	4.781,34 C

Lançamentos do Dia

Data Mov.	Nr. Doc.	Histórico	Valor	Saldo
27/06/2019	271043	ENVIO TEV	291,21 D	2.126,48 C
27/06/2019	271142	DOC ELET E	40,93 D	2.085,55 C
27/06/2019	271142	TAR DOC IN	9,50 D	2.076,05 C

SAC CAIXA: 0800 726 0101

Pessoas com deficiência auditiva: 0800 726 2492

Ouvidoria: 0800 725 7474

Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

**Comprovante de remessa de Doc eletrônico**

Via Internet Banking CAIXA

Emitente:	ACAO SOCIAL MISSAO
Conta origem:	1873 / 003 / 00003045-1
Conta destino:	3582-3/2567-4
Tipo:	DOC E

Banco:	001-BANCO DO BRASIL S/A
Finalidade:	01-Crédito em Conta Corrente
Nome destinatário:	PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANPOLIS
CPF/CNPJ destinatário:	82.892.282/0001-43
Valor a ser transferido:	R\$ 40,93
Tarifa de emissão de DOC:	R\$ 9,50
Valor total a ser debitado:	R\$ 50,43
Identificação da operação:	DEVOLUCAO.PARC.03

Data de débito:	27/06/2019
Data/hora da operação:	27/06/2019 11:40:08

Código da operação:	00027110
Chave de segurança:	G7SLU7SKGJKMKX8G

O VALOR TRANSFERIDO ESTARA DISPONIVEL NA CONTA DESTINO NA MANHA DO DIA UTIL SEGUINTE A DATA DO DEBITO NA CONTA DE ORIGEM
SAC CAIXA: 0800 726 0101
Linhas com deficiência auditiva: 0800 726 2492
Ouvidoria: 0800 725 7474
Help Desk CAIXA: 0800 726 0104

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANOPOLIS

Nota de Empenho

Data: 16/04/2019
Nº do empenho : 4037/19
Ordinário
Processo :

C.N.P.J.: 82.892.282/0001-43
Município: Florianópolis

Órgão: 19
Unidade: 19.01
Funcional: 12.361.0103
Projeto/Atividade: 2.929
Elemento: 3.3.50.43.00.00.00.0081
Cód. Detalham.: 0 - Sem detalhamento das destinações de recursos
Código reduzido: 000384
Tipo de Despesa: 335043108 - Alimentação Escolar

- SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
- SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
- 103 - "EDUCAÇÃO"
- TRANSF. POR CONVÊNIO A ENTIDADES FILANTROPICAS
- Subvencoes Sociais

Dotação Inicial: 4.130.000,00
Suplementações: 0,00
Anulações: 0,00
Total (A): 4.130.000,00

Empenhos anteriores : 2.008.758,45
Valor do empenho : 651,36
Valor Anulado: 0,00
Total (B): 2.009.409,81
Saldo (A - B): 2.120.590,19

Credor: 8489 Acao Social Missao
Endereço: RUA EURICO HOSTERNO QUADRA, 09, S/N
C.N.P.J.: 72.291.198/0001-10
Banco: 104 - 104-CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Cidade: Florianópolis
Inscr.Est./Ident.Prof.:
Agência: 1873-2
UF: SC
Conta Corrente: 3045-1

Especificação: 1

PELAS SUBVENÇÕES REFERENTE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS FINANCEIROS PARA ATENDIMENTO DE 9 CRIANÇAS NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL, CONFORME TERMO DE FOMENTO Nº026/2018, 3ª PARCELA DE ALIMENTAÇÃO 2019, DISPENSA 014/2018 PUBLICADA EM 15/03/2018.

Fonte de recursos : Ordinário

Total geral : 651,36

Fica empenhada a importância de 651,36 (seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e seis centavos)

Fundamento legal : 26/2018

Modal. licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Data : 29/03/2018

Contrato :

Número :

Data :

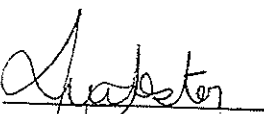
Data :

Banco:

Cheque Núm:

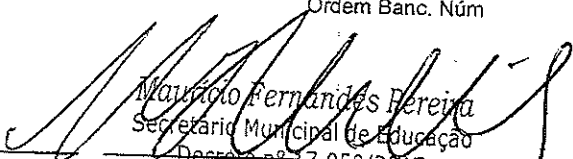
Ordem Banc. Núm

Data Pagament


Responsável pela Emissão
(com carimbo)

Recibo do Credor

Ordenador da Despesa


Maurício Fernandes Pereira
Secretário Municipal de Educação
Decreto nº 17.050/2017

Constâncio Alberto Salles Maciel
Sec. Municipal da Fazenda

Mariana M. Hostert
Secretaria Municipal de Educação
82.892.282/0001-43



ANEXO XIII, parte integrante do Decreto n. 17.361/17 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

RELATÓRIO TÉCNICO - COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO - PARTE 1º

Protocolo de Entrada nº: _____ Data: 27/06/19.

Organização da Sociedade Civil Beneficiada: **AÇÃO SOCIAL MISSÃO**

Unidade Gestora de Origem: PMF/SME.

Nota de Empenho (NE)nº: 4037/19.

Valor da Liberação: R\$ 651,36.

Categoria _____ Data: 08/05/19.

(X) Subvenção () Contribuição () Auxílio

Tipo de Parceria: _____

() Termo de Colaboração (X) Termo de Fomento () Acordo de Cooperação () Convênio

Número: 026/18.

Modalidade: _____

() Chamamento Público (X) Dispensa () Inexigibilidade

Número: 014/18.

Esta Prestação é referente a parcela nº.: 03/ ALIMENTAÇÃO/ 2019.

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC

	Norma Legal	S	N
1. Processo Administrativo Inicial		X	
1.1 Houve abertura de processo administrativo para a concessão do recurso?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 9º.	X	
1.2 No caso de ausência do chamamento público, foi expressamente justificada pelo responsável pela unidade gestora?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 14.	X	
1.3 O extrato da justificativa foi publicado no diário oficial do município?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 14, § 1º	X	
1.4 Houve impugnação da justificativa?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 14, § 2º		X
2. Termo de Parceria			
2.1 Consta no processo a cópia do Termo de parceria ou Acordo de Cooperação?	IN 14/2012, art. 50 - TCE/SC	X	
2.2 O Termo de Parceria ou o Acordo de Cooperação, seguiram as normas determinadas no art. 36 do Decreto Municipal nº 17.361/17?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 36;		NA
3. Plano de Trabalho			
3.1 O Plano de Trabalho foi devidamente aprovado pelos responsáveis, inclusive pela Assessoria Jurídica?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 26;	X	
3.2 Consta a forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a elas atreladas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25 IV.	X	
3.3 Está descrito os valores a serem repassados mediante cronograma de desembolso?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25 V.	X	
3.4 Está contemplada a definição dos parâmetros a serem utilizados para aferição do cumprimento das metas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25º VI.	X	
3.5 Houve alteração no termo de fomento, colaboração ou no plano de trabalho?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 26.		X
3.6 Consta no processo a cópia da alteração (Termo Aditivo ou Apostilamento) ser for o caso?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.37.		NA
4. Atuação em Rede			
4.1 A atuação em rede está prevista no edital de chamamento público?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 16.		NA
4.2 A organização da sociedade civil que atuará em rede possui no mínimo 5 (cinco) anos de inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica – CNPJ.	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 16.	X	
4.3 A cópia da celebração do termo de atuação em rede pactuado entre a organização da sociedade civil e a participe foi entregue na unidade gestora?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 17.	X	
5. Prestação de Contas			
5.1 A prestação de contas possui capa?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59.	X	
5.2 Consta o Ofício de encaminhamento da prestação de contas assinado pelo presidente da Organização da Sociedade Civil?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59.	X	
5.3 Prestação de contas foi entregue no prazo legal?	Decreto 17.361, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.	X	
5.4 A prestação de contas é provisória a título de fiscalização?	Decreto 17.361, de 2017, art. 58. IN 14/2012, art. 44 - TCE/SC.		X
5.5 Prestação de contas está organizada por parcela, conforme item de despesa, em folha A-4 e numerada?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 38 - TCE/SC.	X	
5.6 Consta a cópia do Plano de Trabalho?	Decreto n. 17.361, de 2014, art. 25. IN 14/2012, art. 21 - TCE/SC.	X	
5.7 As metas quantitativas e mensuráveis propostas foram atingidas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25.	X	
5.8 Caso negativo, houve justificativa?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 25.		NA
6. Relatório de Execução Financeira			
6.1 Consta no processo a cópia da Nota de Empenho?	IN 14/2012, art. 39 - TCE/SC	X	
6.2 Consta o relatório de execução financeira – Balancete?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
6.3 O relatório está assinado pelo presidente e/ou procurador da organização da sociedade civil?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
6.4 O relatório está assinado pelo responsável financeira da organização da sociedade civil?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
6.5 Consta o extrato da conta bancária com movimentação completa do período?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59 IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
6.6 A conta bancária é específica?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 45 IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.	X	
6.7 Houve aplicação financeira dos recursos?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 53. IN 14/2012, art. 29 - TCE/SC.		X
6.8 O recurso foi integralmente utilizado?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 54.		X
6.9 Houve devolução do saldo remanescente?	Decreto n. 17.361, de 2014, art.59. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC.	X	
6.10 Há cópias das transferências eletrônicas ou ordens bancárias vinculadas às despesas comprovadas?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.56. Decreto n. 17.361, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 27 - TCE/SC.	X	
6.11 Os documentos fiscais da execução da despesa estão nome da Organização da sociedade civil ou parceira da rede?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 59. IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.	X	
6.12 Os documentos fiscais possuem data, durante a vigência do Termo de parceria ou do Acordo de Cooperação?	Decreto n. 17.361, de 2017, art. 52.	X	
6.13 O documento fiscal consta a descrição completa do serviço/material?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.	X	



6.14 O documento fiscal consta quantidade, valor unitário e total do produto/serviço?	IN 14/2012, art. 30 - TCE/SC.	X	
6.15 Consta no documento fiscal a certificação que o material foi recebido ou o serviço prestado?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.59. IN 14/2012, art. 36 - TCE/SC.	X	
6.16 Consta na prestação de contas Nota Fiscal Avulsa com o respectivo Documento de Arrecadação Municipal - DAM ?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.59.		X
6.17 Há despesa com pagamento de Folha de pessoal?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
6.18 Apresentou Guia de Recolhimento INSS (GPS)?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
6.19 Apresentou Guia de Recolhimento FGTS (GRF)	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
6.20 Há despesas com pagamento de diárias, referente a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA

Receita	
Transferência	Valor
Recurso recebido:	R\$ 651,36.
Recurso próprio:	
Aplicação Financeira:	
Total:	R\$ 610,43.
Despesa	
1) Despesas Correntes	
1.1) Material de Consumo:	
1.2) Outros Serv Terceiros - P F	
1.3) Outros Serv Terceiros - P J	
1.4) Alimentação	R\$ 610,43.
Total (1):	R\$ 610,43.
2) Despesa de Capital	
2.1) Equipamentos e Material Permanente	
Total (2):	
3) Custos Indiretos	
Internet:	
Transporte:	
Aluguel:	
Telefone:	
Água:	
Luz:	
Gás:	
Assessoria Jurídica:	
Serviços Contábeis:	
Outros Custos: (especificar)	
Total (3):	
Total (1+2+3)	R\$ 610,43.
4) Despesas Glosadas:	
5) Saldo devolvido:	R\$ 40,93.
6) Saldo a transportar	
4) Despesas Glosadas:	

7. Custos	Norma Legal	S	N
7.1 Os custos indiretos estão vinculados à execução do projeto?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.25. Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
7.2 Os custos indiretos estão dentro do percentual máximo de 15%?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.25. Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
7.3 Houve a aquisição de equipamentos e matérias permanentes essenciais à consecução do objeto?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		X
7.4 Caso positivo, o bem foi gravado com cláusula de inalienabilidade?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.51.		NA
7.5 A despesa foi executada conforme Plano de Trabalho aprovado?	Decreto n. 17.361, de 2017, art.25 e art.26.	X	
7.6 Consta Fotografia ou outras mídias sobre a execução do projeto?	IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC. Decreto n. 17.361, de 2017, art.59.	X	
7.7 Há comprovação de despesa com combustível?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.8 Há comprovação de despesa com publicidade?	IN 14/2012, art. 34 - TCE/SC.		NA
7.9 Há comprovação de despesa com alimentação?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.	X	
7.10 Há comprovação de despesa com assessoria?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.11 Há comprovação de despesa com locação de veículo (transporte)?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.12 Há comprovação de despesa com curso, seminário, Workshop?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA
7.13 Há comprovação de despesa com locação de equipamentos?	IN 14/2012, art. 43 - TCE/SC.		NA

A comissão de monitoramento e avaliação no uso de suas atribuições em conformidade com o art. 40, art. 41 e art. 42, do Decreto nº. 17.362, de 15 de março de 2017, relata que:

- As atividades propostas no plano de trabalho foram desenvolvidas conforme o plano previamente aprovado.
- Quanto às metas estabelecidas, conforme o plano de trabalho e indicador proposto, verificou-se que as metas foram atingidas
- A visita in loco foi comunicada a Entidade, conforme estabelece o § 3º, art. 40, do Decreto Municipal nº 17.361/2017 (Verificar o ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).
- As visitas in loco foram realizadas, conforme o ofício nº (Verificar o ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).
- O relatório da visita in loco foi encaminhado à organização da sociedade civil, em XX/ XX/XXXX, conforme determina o § 4º, art. 40, do Decreto Municipal nº 17.361/2017, (Verificar o ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).



CONCLUSÃO

Desta forma, após análise da documentação apresentada, a Comissão de Monitoramento e Avaliação, quanto à análise dos pré-requisitos exigidos para a prestação de contas e a execução das despesas, registra os seguintes apontamentos:

RESTRICÇÕES: não há.

RECOMENDAÇÕES: não há.

Assim sendo, esta Comissão, nomeada através da Portaria nº.3858/2018, publicada no Diário Oficial do Município nº 2347 de 03 de janeiro de 2019, exara o parecer pela (X)APROVAÇÃO ()REPROVAÇÃO desta prestação de contas.

Florianópolis, 17/04/19.

- (X) Regular
- () Regular com ressalva
- () Irregular, para abertura de diligência

Sonia Santos Lima de Carvalho
MATRÍCULA Nº: 13104-0
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Cleusa Regina Silvano
MATRÍCULA Nº: 12403-6
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Vera Lúcia Klein
MATRÍCULA Nº: 10650-0
Comissão de Monitoramento e Avaliação

Tatiana da Rosa Pereira da Silva
MATRÍCULA Nº: 16032-6
Secretária da Comissão de Monitoramento e Avaliação

Silvana Ramos Lento
MATRÍCULA Nº: 21305-5
Presidente da Comissão de Monitoramento e Avaliação



ANEXO XIV, parte integrante do Decreto n. 17.361/17 que regulamenta a Lei n. 13.019 de 2014, alterada pela Lei n. 13.204 de 2015.

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO GESTOR DO TERMO – PARTE 2

Protocolo de Entrada nº.:
 Organização da Sociedade Civil Beneficiada: **AÇÃO SOCIAL MISSÃO** Data: 27/06/19.
 Unidade Gestora de Origem: PMF/SME.
 Nota de Empenho (NE)nº: 4037/19.
 Valor da Liberação: R\$ 651,36
 Categoria Data: 08/05/19.
 Subvenção Contribuição Auxílio
 Tipo de Parceria:
 Termo de Colaboração Termo de Fomento Acordo de Cooperação Convênio
 Número: 026/18.
 Modalidade:
 Chamamento Público Dispensa Inexigibilidade
 Número: 014/18.
 Esta Prestação é referente a parcela nº.: **03/ ALIMENTAÇÃO/ 2019.**
 Portaria de nomeação do Gestor do Termo nº.: 182/2017 Publicada no Diário Oficial nº.: 2228

Lista de Verificação de Admissibilidade de PC		Norma Legal	Sim	Não
1. O relatório da Comissão de Avaliação e Monitoramento está de acordo com o que determina o Decreto?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 40 e 41	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Consta no relatório da Comissão de avaliação e Monitoramento a cópia da portaria de designação dos seus membros?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 40	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. A Comissão de Avaliação e Monitoramento solicitou abertura de diligência?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 62	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
4. Pode-se considerar, com base no relatório de avaliação e monitoramento, que as metas foram alcançadas, conforme proposto no plano de trabalho?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 39	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. O relatório de avaliação e monitoramento conclui pela aprovação da prestação de contas?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 41	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Verifica-se algum indício de irregularidade no processo?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 39,V	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. A prefeitura realizou fiscalizações preventivas na ONG?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 41.	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
8. Se a resposta acima for positiva, a ONG está em dia com as prestações de contas?		Decreto n. 17.361, de 2017, art. 28, XV	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. A execução da despesa está vinculada ao objeto proposto?		Decreto n. 17.361, de 2017, art.25. IN 14/2012, art. 47 - TCE/SC	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. A ONG foi alvo de alguma denúncia?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
11. O processo de prestação de contas deve ser melhorado?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
12. A ONG necessita de curso de formação para melhor executar o processo de prestação de contas?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
13. Necessita de fiscalização aprimorada?			<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

O Gestor do Termo, no uso de suas atribuições e em conformidade com o art. 39, do Decreto Municipal nº. 17.361, de 16 de março de 2017, após análise dos documentos apresentados pela Organização da Sociedade Civil e do relatório técnico emitido pela Comissão de Avaliação e Monitoramento, descreve que:

1. A ONG alcançou os resultados e benefícios de acordo com as metas propostas no plano de trabalho.
2. *A visita de fiscalização do gestor do termo só será realizada caso o parecer da Comissão de Monitoramento e Avaliação justifique tal necessidade (Vide Ofício nº 1339/2017/GS/SME/PMF).

Não atingindo as metas propostas, conforme indicado na proposta: Solicita-se abertura de diligência para, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, justificar sobre o fato, desde então ficando a entidade impedida de receber novos recursos de qualquer órgão da Administração Direta e Indireta do Município (Somente quando não atingiu as metas).

CONCLUSÃO

Desta forma, após acompanhamento do projeto, da análise dos documentos apresentados pela ONG e do relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRICÇÕES: nenhuma

RECOMENDAÇÕES: nenhuma

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO/ REPROVAÇÃO desta prestação de contas.

- Regular
 Regular com ressalva
 Irregular, para abertura de diligência

Florianópolis, 18/07/2019.

Daniele de Alarcão Novaes
 Assessor Técnico/SME
 Matrícula 44620-3
 Decreto 18.695/18

Daniele de Alarcão Novaes
 Matrícula - 44620-3



ANEXO XV (15)
 (parte integrante do Decreto n. 17.361, de 2017)
PARECER DE ADMISSIBILIDADE FINAL
SETOR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS OU AFINS

Protocolo de Entrada n°:	
Organização da Sociedade Civil Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO	Data: 27/06/19.
Unidade Gestora de Origem: PMF/SME.	
Nota de Empenho (NE)n°: 4037/19.	
Valor da Liberação: R\$ 651,36	
Categoria	Data: 08/05/19.
<input checked="" type="checkbox"/> Subvenção <input type="checkbox"/> Contribuição <input type="checkbox"/> Auxílio	
Tipo de Parceria:	
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração <input checked="" type="checkbox"/> Termo de Fomento <input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação <input type="checkbox"/> Convênio	
Número: 026/18.	
Modalidade:	
<input type="checkbox"/> Chamamento Público <input checked="" type="checkbox"/> Dispensa <input type="checkbox"/> Inexigibilidade	
Número: 014/18.	
Esta Prestação é referente a parcela n°: 03/ ALIMENTAÇÃO/ 2019.	
Portaria de nomeação do Gestor do Termo n°: 182/2017	Publicada no Diário Oficial n°: 2228

O Setor de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Educação - SME, confirma que a prestação de contas acima descrita, apresenta os documentos mínimos exigidos pelo decreto municipal nº 17.361 de 2017:

- Documentação Entregue pela Entidade
- Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação
- Parecer do Gestor do Termo

CONCLUSÃO

Desta forma, após análise dos documentos apresentados pela Organização da Sociedade Civil, do relatório técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e do Parecer do Gestor do Termo, registram-se os seguintes apontamentos:

RESTRICÇÕES (descrever as restrições identificadas): não há

RECOMENDAÇÕES (descrever sugestões de melhorias para próximas parcelas): não há

Assim sendo, concluo pela APROVAÇÃO (REPROVAÇÃO) desta prestação de contas.

- Regular.
- Regular com ressalva.
- Irregular, para abertura de diligência.

Florianópolis, 19/07/2019

Daniele de Alarcão Novaes
 Setor de Prestação de Contas ou Afins Assessor Técnico/SME
 Daniele de Alarcão Novaes Matrícula 44620-3
 Matrícula - 44620-3 Decreto 18.695/18



ANEXO XVI

PARECER DE ADMISSIBILIDADE FINAL
 CONTROLE INTERNO E GESTOR DA UNIDADE

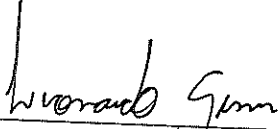
Protocolo de Entrada nº.: OE 716/SME/DAF /2019 /	Data: 19/08/2019 /
Organização da Sociedade Civil Beneficiada: AÇÃO SOCIAL MISSÃO /	
Unidade Gestora de Origem: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO /	
Nota de Empenho (NE) nº.: 4037/2019 /	
Valor da Liberação: R\$ 651,36 /	Data: 16/04/2019 /
Categoria	Data: 08/05/2019 /
<input checked="" type="checkbox"/> Subvenção /	<input type="checkbox"/> Contribuição
<input type="checkbox"/> Termo de Colaboração /	<input type="checkbox"/> Auxílio
Tipo de Parceria:	<input type="checkbox"/> Termo de Fomento
<input checked="" type="checkbox"/> Termo de Colaboração /	<input type="checkbox"/> Acordo de Cooperação
Número: 026/2018 /	
Modalidade:	
<input type="checkbox"/> Chamamento Público	<input checked="" type="checkbox"/> Dispensa /
Número: 014/2018 /	<input type="checkbox"/> Inexigibilidade
Esta Prestação é referente a parcela nº.: 3 alimentação /	

A Secretaria Municipal de Transparência, Auditoria e Controle, como Órgão Central do Sistema Municipal de Controle Interno, com base no Relatório Técnico emitido pela Comissão de Monitoramento e Avaliação e do Parecer do Gestor da Parceria, responsáveis pela análise da consistência da documentação apresentada, da legalidade, da regularidade contábil e da legitimidade da aplicação dos recursos em consonância com o Plano de Trabalho, descreve que:

RESTRIÇÕES: Não há
RECOMENDAÇÕES: Não há

- Nestes termos, concluímos:
- Regular, recomendamos a baixa contábil.
 - Regular com ressalva, recomendamos a baixa contábil.
 - Irregular, para abertura de diligência.

Florianópolis, 16 de setembro de 2019.


 Leonardo Gesser
 Contador
 CRC/SC 038370/0-6
 Secretaria de Transparência, Auditoria e Controle


 Sandro José da Silva
 Secretário de Transparência, Auditoria e Controle
 Prefeitura de Florianópolis

De Acordo,

- O (A) Gestor (a) responsável pela Unidade, após análise dos documentos apresentados, conclui:
- Regular, para a baixa contábil.
 - Regular com ressalva, para a baixa contábil.
 - Irregular, para abertura de diligência.

Florianópolis,

 Gestor (a) da Unidade